

## RESENHA

---

### QUEM SOMOS NÓS?

BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Os discursos do descobrimento: 500 anos e mais de discurso*. São Paulo, Edusp, 2001, 272 p.

O volume intitulado *Os discursos do descobrimento*, cuja organização coube à lingüista Diana Luz Pessoa de Barros, inaugura uma forma de atuação descritiva que deveria ser corriqueira no campo dos estudos lingüísticos e semióticos: à vista de um acontecimento marcante que tenha motivado intensa produção discursiva, nada mais esperado que a manifestação de especialistas sobre as versões e interpretações do mencionado evento nos textos, sejam esses verbais ou não-verbais. Uma tal contribuição, no calor da hora, certamente traria fundamentos analíticos e críticos para melhor apreciação do sentido gerado pelo evento. Até agora, porém, essa prática ainda não havia sido implantada.

Não há dúvida de que as comemorações dos 500 anos do Descobrimento constituem um acontecimento dessa natureza que, além de trazer o tema à mesa dos atuais escritores, reincorpora à ordem do dia os chamados discursos fundadores (como a Carta de Caminha), responsáveis em larga medida por nossa ótica de brasileiros. Trata-se, portanto, de uma boa ocasião para dar início ao desvendamento sistemático, sob a mira de diversas metodologias descritivas, dos conteúdos mobilizados nesses textos.

Pode-se dizer que a organizadora realizou ao menos duas proezas: (1) despertou o interesse de 19 especialistas para o mesmo objeto de análise e, o que é mais difícil, (2) conseguiu obter ampla convergência de propósitos num projeto que envolveu diferentes enfoques teóricos. O resultado configurou-se numa obra homogênea que, no entanto, preservou o centro de interesse de cada autor.

Em texto ágil, repleto de achados semióticos, Edward Lopes examina os “esquemas de entendimento” ativados pelo encontro dos navegadores portugueses com a população nativa do Brasil. A partir dos textos que relatam esse contato, o autor detecta a leitura desumanizadora do índio

que se torna o embrião ideológico de todo processo de colonização que vem a seguir.

José Luiz Fiorin reconstrói o imaginário europeu, subjacente aos textos que formularam suas hipóteses sobre o sentido dos novos espaços e novos seres descobertos além-mar. Destaca o “mito do paraíso terrestre” oriundo do *Gênesis* e o *locus amoenus* (expressão que define a suavidade na natureza retratada pela literatura desde o período greco-romano) como noções estrategicamente adotadas pelos primeiros viajantes e cronistas para celebrar as qualidades “naturais” das novas terras e seus habitantes e, ao mesmo tempo, desvalorizar as maneiras “incivilizadas” desses últimos. O autor analisa o esforço de integração dos valores naturais com os valores culturais – e, para tanto, se utiliza de *O Guarani* de José de Alencar – como um sintoma de busca da identidade nacional que, entretanto, se prende às determinações espaciais historicamente associadas aos trópicos. Chama a atenção, por fim, para o ponto de vista social e histórico que, ausente dos discursos europeus sobre o Brasil, impossibilitou o equacionamento de nossa realidade em outras bases.

Duvidando da univocidade inscrita nos signos – quando em contextos verdadeiramente semióticos – Eduardo Peñuela Cañizal coteja um excerto do Diário de Colombo com suas versões em outras línguas, confronta-o com um trecho da Carta de Caminha e deslinda as “camadas de sentido” que podem estar ocultas nos detalhes figurativos do texto. Demonstra que essas entidades semióticas tendem à polissemia e que, em última instância, instauram um tempo de leitura desacelerado – necessário à reconstrução de seus entornos – cuja conversão em linguagem “moderna” e veloz desfaz imediatamente sua razão de ser.

O trabalho assinado pelos pesquisadores Aldrin Moura de Figueiredo, Anna Christina Bentes e Ingedore G. Villaça Koch toma como objeto de estudo o relato de viagem do frei dominicano Gaspar de Carvajal que participou da expedição comandada por Francisco Orellana nas águas do rio Amazonas em 1542. Desobrigado de qualquer missão exploratória ou de conquista territorial – já que esses pioneiros apenas procuravam mantimentos para o comandante geral Gonzalo Pizarro –, Carvajal desloca sensivelmente o foco semântico que caracteriza os discursos do descobrimento: em vez de descrição dos sinais de riquezas ou de tomadas de posse, impera o relato das estratégias de sobrevivência, mas, de qualquer forma, preservando o “horizonte de verdade da época”.

Lúcia Teixeira importa de Eni Orlandi o conceito de “discurso fundador” atribuído à Carta de Caminha para manobrá-lo no campo das artes plásticas, examinando também o papel semiótico de uma “figuratividade fundadora” na formação do imaginário brasileiro. A autora investiga a passagem das isotopias figurativas abundantemente disseminadas no discurso verbal do escrivão português para o famoso quadro de Vitor Meireles intitulado “A primeira Missa no Brasil”. Consta, por fim, que figuras topológicas como o rebaixamento e a periferização, engendradas nessas obras fundadoras, sustentam ainda hoje as comemorações oficiais dos cem anos do descobrimento.

Analisando o discurso jesuítico, Helena N. Brandão verifica que grandes missionários, como Manuel da Nóbrega e José de Anchieta, conquanto denunciasses em seus textos os abusos praticados pelos portugueses contra os grupos indígenas brasileiros, reproduziam formas repressivas do discurso colonizador como único procedimento pedagógico eficaz para impor aos nativos os valores de civilização branca. Só muito mais tarde, os discursos de José Bonifácio de Andrada e Silva, de acordo com a descrição elaborada por Eni P. Orlandi, abandonaram o tom colonialista dos missionários para adotarem a perspectiva do brasileiro comprometido com a construção e administração de uma sociedade que compreende brancos, negros, índios e mestiços. Situado em outro lugar de observação, José Bonifácio podia conceber um índio integrado, em igualdade de condições, à sociedade e ao Estado brasileiros, a começar do necessário aprendizado da língua portuguesa.

Em estudo amplo do discurso desenvolvido em livros didáticos de História do Brasil, Diana Luz Pessoa de Barros coteja textos de vários períodos até a atualidade e verifica a ausência de um verdadeiro papel histórico do índio na formação social e cultural brasileira. Mesmo que tenham conquistado uma certa evolução ideológica na abordagem do tema – o índio que desempenha apenas funções passivas (objeto ou sujeito manipulado) ou antagonistas (anti-sujeito) no discurso dos antigos historiadores, vem assumindo posições de sujeito na luta pela terra ou pela liberdade em alguns discursos contemporâneos –, os textos atuais ainda deixam entrever a marginalidade indígena quando omitem a participação de seus representantes na sucessão dos acontecimentos considerados historicamente relevantes.

Beth Brait troca os discursos fundadores por uma avaliação do vigor da língua portuguesa, tal como esta se apresentou no último século aos

autores que desenvolveram alguma reflexão – científica, crítica ou poética – sobre a interação de suas dimensões, escrita e falada. Para tanto, organiza uma pequena “antologia comentada” que vai de Machado de Assis ao compositor popular Zeca Baleiro, passando por Oswald e Mário de Andrade e pelo crivo científico de Edith Pimentel Pinto.

Eduardo Guimarães examina a definição de língua nacional nos textos das Constituições brasileiras promulgadas em diferentes fases da nossa história. Demonstra que o lugar de criação desses textos sofre sucessivos deslizamentos enunciativos, das formulações iniciais elaboradas por especialistas às legitimações conferidas pelo Poder Executivo, de tal maneira que a adoção da Língua Portuguesa como língua nacional passa a ser mais uma questão de Estado e de estágio civilizatório do que uma comprovação científica da realidade lingüística do país. E ao tentar reconhecer em separado – como ocorre na Constituição de 1988 – a existência de línguas indígenas que devem ser respeitadas, esses textos acabam pondo em destaque o que há de particular nessas culturas, separando-as ainda mais do conjunto que compõe o Estado nacional.

Leonor Lopes Fávero examina as gramáticas pedagógicas brasileiras escritas no século XIX com o intuito de compreender melhor a passagem dos enfoques prescritivos – tributários da Gramática Filosófica – às abordagens positivistas – consideradas então mais científicas – que, sob influência do evolucionismo biológico, caracterizava o progresso e o funcionamento lingüísticos à maneira dos organismos vivos.

Alguns princípios de análise do discurso lançados por D. Maingueneau foram aplicados por M. Cecília de Souza e Silva e Décio Rocha na análise da manifestação contra o governo central promovida pelo governador Itamar Franco, por ocasião do encerramento da Semana da Inconfidência em 21 de abril de 1999. Os autores investigaram, a partir do noticiário veiculado pela imprensa, as interações entre o “fato-comemorado” e o “fato-manifestação política” geradas nos discursos então proferidos que, “captando” uma cenografia comum (a data e Ouro Preto), um ethos (nesse caso, a persistência na luta pela soberania nacional) e um código de linguagem (estratégia de enunciação), tornaram presente o episódio da Conjuração Mineira e, ao mesmo tempo, atrelaram o atual protesto à tradição de resistência brasileira aos desmandos federais.

A pesquisadora Izabel Magalhães estudou a presença de uma “inequidade entre homem e mulher” no imaginário brasileiro constituído desde o período colonial que se manifesta em seus diversos discursos

sociais, como o político, o jurídico, o escolar ou mesmo os discursos de entretenimento (história em quadrinhos, por exemplo). Valendo-se de conceitos como o de “modalidade” e “pressuposições” discursivas, a autora detecta os sintomas que indicam permanência das marcas tradicionais de controle sobre a mulher, ao lado de algumas transformações significativas, manifestando interação “cooperativa e de negociação entre os gêneros”, sobretudo no contexto político e de casais formados por representantes de nacionalidades diferentes.

Baseando-se também no viés crítico da Análise do Discurso, Bethania Mariani confronta os artigos produzidos pela imprensa consagrada, de um lado, e pela imprensa comunista, de outro, no período que culminou com o evento denominado Intentona Comunista (1935). De acordo com a formação discursiva dos principais jornais da época, não poderia haver compatibilidade entre as noções de “comunismo” e de “brasileiridade”. Contrariamente, no discurso jornalístico do PCB, termos como “comunista” e “patriota” se coadunam em oposição a “capitalista”. Essas cristalizações de sentido promovidas por ambas as partes concorreram para o apagamento da verdadeira dimensão política, na qual deveria transcorrer o debate entre as facções, e para a perenização do ideário da formação discursiva hegemônica.

Kati Eliana Caetano faz a leitura dos murais artísticos – principalmente os realizados por Poty e Rogério Dias – que hoje proliferam na cidade de Curitiba, com o objetivo explícito de restituir a história da civilização local e, ao mesmo tempo, salientar, em seu projeto urbanístico, a vocação estética e cultural da população. Na realidade, a história oficial da cidade, que vai ao encontro dos grandes símbolos da colonização brasileira, enrijecida pela versão única dos fatos, transforma-se em motivos pictóricos, quase sem temporalidade, captados como módulos para o embelezamento do espaço urbano.

Por fim, honrando o título do artigo (“Rindo do descobrimento”), Sírio Possenti elabora um texto bem-humorado a respeito das piadas que, de algum modo, fazem alusão ao “discurso instituído” do descobrimento. Constata que a história desse feito não é suficientemente controversa no âmbito popular a ponto de produzir os choques discursivos necessários à criação das piadas. Mesmo assim, naquelas que ao menos circundam a temática, observa, pela análise de seus implícitos, a postura humorística de oposição e depreciação das formações discursivas oficiais.

Como se vê, o leque das abordagens é amplo, mas o foco das investigações é bastante concentrado no tema do livro. Após a leitura, temos a sensação de que nosso imaginário de brasileiro foi virado pelo avesso e que, embora continuemos a ser quem somos, não mais o seremos com tanta convicção.

**Luiz Tatit (FFLCH-USP)**